

Militares fecham questão contra eleições já e mandato de 4 anos

Os ministros militares e do SNI, reunidos ontem no Quartel-General do Exército em Brasília, para um almoço de serviço fecharam questão contra adoção do mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Segundo o ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Otávio Moreira Lima, os militares estão preocupados com a aprovação do mandato de quatro anos "porque estão sentindo que as eleições este ano trarão dificuldades insuperáveis que, somadas às dificuldades existentes, podem afetar as instituições e a governabilidade do País".

Realizado periodicamente, o almoço de serviço reuniu no QG do Exército, em Brasília, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, o ministro da Aeronáutica, Otávio Moreira Lima, o da Marinha, Henrique Sabóia, o do SNI, Ivan Mendes, o ministro-chefe do EMFA, Paulo Roberto Camarinha e do Gabinete Militar Bayma Denis. Durante quatro horas, os ministros militares discutiram problemas administrativos da Força e a conjuntura política e econômica do País. Para o ministro Moreira Lima, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney "é fundamental para assegurar a transição e a governabilidade do País". Mesmo assegurando que continuam com a sua postura de respeito à lei e a ordem, o ministro observou que a possibilidade de eleição em ano de crise provocará dificuldades insuperáveis. "Essa é a preocupação de todos nós", frisou o ministro da Aeronáutica.

Único ministro a falar após o encontro, Moreira Lima deixou claro que, se por um lado os ministros militares defendem a mesma posição em relação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, o mesmo não se pode dizer quando o tema em debate é o sistema de governo "alguns acham que o parlamentarismo é um problema para se discutir no futuro, outros acham que o parlamentarismo é a solução para a crise", informou.

Ao mesmo tempo que o brigadeiro deixou claro que durante a reunião dos ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA, SNI e Gabinete Militar a tese dos quatro anos foi rechaçada pela cúpula militar do País, ele admitiu que a tese do parlamentarismo é viável.

Pela sua reação diante das perguntas dos jornalistas foi possível observar que durante o encontro realizado no QG do Exército a tese de mandato de cinco anos com parlamentarismo é perfeitamente admissível dentro dos gabinetes militares.

Sobre o parlamentarismo, disse o brigadeiro: "Acho que é uma experiência nova e se houver essa decisão a nível de Constituinte, não vejo porque não aceitarmos".

Simpático ao parlamentarismo, o ministro Moreira Lima considerou que os militares aceitarão a adoção do parlamentarismo, caso a Constituinte decida nesse sentido. Mas em relação as dificuldades que seriam acrescidas com a adoção de um mandato de quatro anos, o ministro Moreira Lima limitou-se a observar que "cada um tomará sua decisão".

Argumentou, ainda que qualquer proposta de acordo em torno de mandato de quatro anos teria que ser encaminhada através da área política do Governo. A proposta de cinco anos para o presidente Sarney com adoção do parlamentarismo, formulada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, até agora segundo o ministro, não foi apresentada aos chefes militares.

O almoço de rotina dos ministros militares realiza-se periodicamente de quatro em quatro meses. Nesses encontros informais, os ministros militares, discutem problemas administrativos comuns as Forças Armadas e depois avaliam o quadro político-econômico do País. No encontro de ontem, além de análise da conjuntura, os ministros discutiram a criação de um campo de prova em Cachimbo. A indicação do diretor da Escola Superior de Guerra, a degradação dos orçamentos para o exercício de 1988 e o estudo de legislação ordinária complementar comum as três Forças em função das modificações na nova Constituição.

Mas o prato do dia é sempre a questão política. No último encontro realizado no Ministério da Aeronáutica, os militares também fizeram análise da situação política do País.



Presidencialistas voltam a se reunir hoje para tentar solucionar o impasse provocado ontem

Sem acordo, presidencialistas não finalizam texto de emenda

O quórum exigido para o Congresso Nacional requerer moção de censura ao primeiro-ministro e aos demais ministros provocou, ontem, um impasse e inviabilizou a elaboração do texto final resultado da fusão de emendas presidencialistas. Os líderes Marco Maciel, Carlos Sant'Anna e Edison Lobão insistem na tese de dois terços dos membros do Congresso, ao passo que os deputados Adolfo de Oliveira e Maurílio Ferreira Lima defendem a maioria absoluta. O PT não aceitou incluir a figura do primeiro-ministro no sistema presidencialista e ameaça não assinar a emenda.

Logo mais, às 9h00, no gabinete do senador Humberto Lucena, nova reunião dos presidencialistas será realizada na tentativa de solucionar o impasse.

Sarney volta a ficar otimista

Sem euforia mas com otimismo, o presidente José Sarney e sua entourage — assessores, amigos e conselheiros —, começam a acreditar na vitória de cinco anos de mandato para o atual Presidente da República. Sarney recebeu com satisfação o anúncio de que seu adversário político do Maranhão, senador João Castello, do PDS, aderiu à tese dos cinco anos e todos os seus assessores começaram a recontar os votos.

Ontem, durante a assinatura do decreto de criação do pólo clorquímico de Sergipe, o deputado Sarney Filho (PFL-MA), ao lado do governador Epitácio Cafeteira, do Maranhão, atrás de uma coluna do mezzanino do Palácio do Planalto e longe dos jornalistas, recontavam os votos com a lista dos constituintes na mão. Depois desta conversa, o deputado Sarney Filho afirmou que «o momento mais difícil já passou. Começamos a respirar mais aliviados. É possível a aprovação dos cinco anos».

O parlamentar maranhense, seguindo a estratégia traçada na Presidência da República de não revelar o número exato de constituintes que podem votar pelos cinco anos, disse ainda que a tensão reinante nos círculos próximos ao presidente José Sarney já foi

«desfeita» e o próprio Presidente está otimista.

Reunião

O otimismo do presidente Sarney no dia de ontem surgiu com a reunião de ministros pouco antes da assinatura do decreto. Participaram da reunião Prisco Vianna, da Habitação, Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, João Alves, do Interior, além de Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Estes ministros informaram ao Presidente que «suas bancadas» no Congresso votam, sem exceção, pelos cinco anos.

E Sarney teve mais um motivo de se encontrar satisfeito: no discurso da solenidade de criação do pólo clorquímico, o ministro Aureliano Chaves se desfez em elogios ao Presidente, dizendo que a História fará «justiça» a Sarney, afirmando ainda que ele pode olhar seu Governo de frente porque é um Presidente que «não corteja o populismo».

No final da solenidade, o Presidente, recebendo os cumprimentos, desabafou: «não estou preocupado com o mandato. Estou agora tratando dos problemas administrativos».

Ministros confirmam 5 anos

O presidente José Sarney reuniu ontem, mais uma vez, parte da sua equipe ministerial para discutir a estratégia do governo diante da votação pela Constituinte da duração do seu mandato e do sistema de governo, que ocorrerá nos próximos dias. Segundo o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, os seus colegas informaram a Sarney que há uma maioria tranquila pelos cinco anos.

"Durante a reunião, cada ministro deu impressão que há uma maioria tranquila pelos cinco anos. Há uma diferença razoável pelo presidencialismo e em relação ao mandato, ela ainda é maior", revelou Antônio Carlos Magalhães. Sarney reuniu, no Palácio do Planalto, os ministros José Reinal-

tativa de solucionar o impasse. O deputado Maurílio Ferreira (PMDB-PE) irá sugerir uma moção de advertência, com exigência de apenas a maioria absoluta dos congressistas, ao passo que para a moção de censura e conseqüente destituição do ministro, serão necessários dois terços do Congresso. O senador Marco Maciel admitiu conversar, mas o senador Humberto Lucena não acredita na operacionalização da proposta. "Um ministro advertido pelo Congresso dificilmente permanecerá no cargo", comentou.

Superado o impasse, os presidencialistas pretendem investir na conquista dos votos entre os parlamentaristas que consideram "perigosa" a implantação imediata do sistema de governo, os indefinidos quanto à fixação da data de instalação do novo regime. A tese dos presidencialistas é a de que o sistema de governo necessita ter um tratamento diferenciado da questão do mandato presidencial.

Fusão

Retirada a dúvida sobre a moção de censura, a proposta dos presidencialistas determina que o Presidente da República será eleito, diretamente, noventa dias antes do término do mandato presidencial e não poderá ser reeleito. A contar de janeiro do ano subsequente à data da eleição, o novo presidente terá mandato de cinco anos, com poder de nomear o primeiro-ministro após consultar forças políticas e partidárias do Congresso Nacional.

Presidente afirma que acata decisão

O presidente José Sarney acatará todas as decisões políticas da Constituinte, mas continuará fazendo apelo a deputados e senadores para que a Assembléia aprove um mandato de cinco anos para ele, levando em conta a crise econômica vivida pelo País. Sarney também está decidido a dedicar o tempo que lhe resta no Governo, depois de decidida essa questão, apenas aos problemas administrativos, afastando-se dos temas políticos.

A afirmação sobre a disposição de Sarney de acatar o que for aprovado pela Constituinte foi feita pelo deputado pefelista Homero Santos (MG), recebido ontem pelo Presidente da República. A decisão de dedicar-se apenas à administração foi transmitida em audiência ao deputado peemedebista Del Bosco do Amaral.

Segundo Homero Santos, o Presidente mostrou-se descontraído ao abordar a questão do mandato, afirmando que não recorrerá a nenhum artifício jurídico caso seja aprovado um período de apenas quatro anos.

Del Bosco do Amaral sugeriu a Sarney que adote, nos próximos dias, "medidas fortes" que indiquem a disposição do Governo de enfrentar a corrupção, acreditando que, com isso, a corrente favorável a um mandato de cinco anos poderia crescer. Em resposta, o Presidente observou que suas atenções estão sendo divididas entre a necessidade de resolver problemas administrativos urgentes e os problemas político do Governo.

A essa observação, Sarney acrescentou um comentário no qual demonstrou, mais uma vez, aceitação ao que vier a ser decidido pela Constituinte, quanto ao seu mandato: "Ficando dez ou 22 meses, dedicarei o que resta do meu mandato à administração do País".

Em outra audiência, o deputado cearense Raimundo Bezerra (PMDB) defendeu a idéia de aprovação do parlamentarismo com um mandato de cinco anos para Sarney. O parlamentarismo somente seria implantado no próximo período presidencial.